



JORNAL DE DEBATES

SÃO PAULO — 23 de abril de 1974 — ANO XXIII — N.º 16 — Cr\$ 3,00

CIRCULA EM MANAUS, ALTAMIRA, RIO BRANCO, SANTAREM
MACAPÁ E BOA VISTA AO PREÇO DE CR\$ 4,40



A Estrada dos Trilhos de Ouro e dos Dormentes de Cadáveres

LIMEIRA TEJO

A Pseudo Federação

O Brasil e seus vizinhos

8
ou
80

O equilíbrio e a segurança do meio termo acabaram para nós. Por mais que tentamos nos manter na faixa dos quarenta, cairemos para a de oito se não atingirmos — nos próximos trinta anos — a de oitenta.

A CARNE FERRE A CARNE DO POVO

GETULIO: o demagogo tranquilo

A Federação

LIMEIRA

TEJO

Os Estados Unidos — do qual copiamos o sistema federativo — se formaram, como o nome indica, em virtude da congregação das treze colônias inglesas na América. E estas, apesar de ocuparem um espaço geográfico contínuo, não estavam sob uma única jurisdição. Quer dizer, ao se unirem, os membros da nova nação do norte do hemisfério já possuíam uma longa tradição de autonomia. O Brasil, no entanto, foi um domínio monolítico, administrado de um ponto no vastíssimo mapa de um acontecimento. Apenas durante um curto período, foi feita — com a criação do Estado do Maranhão — uma experiência de governo dual.

Só depois de proclamada a República, quatrocentos anos após o descobrimento, é que surgiu o sistema federativo. Mas este, implantado sem base no processo da unidade nacional — que não foi pesquisado — jamais passou de mera idealização. De fato, a Federação nunca existiu nos termos em que são lamentados os contínuos atentados ao seu espírito. Durante os quarenta anos da República Velha, a autonomia estadual serviu unicamente de biombo para estruturas locais de poder e prestígio, dentro de cujos quadros a representação política era produzida pela coação fiscal, a perseguição da polícia e a fraude nas eleições.

Essa foi a época, longa e bárbara, do mandonismo coronelista. Vivamos, há oitenta e três anos — quando foi promulgada a primeira Constituição da República — numa bronca Idade Média sob o barão e o cutelo de rudes barões e a vigilância canina desse já hoje folclórico braço da lei: o subdelegado. Uma camada de letrados integrada por bacharéis ociosos projetava essa ordem elementar nas capitais dos Estados e na metrópole do País, encobrendo com o seu pedantismo intelectual — o imenso atraso da nação. Sua semicultura nem ao mesmo era uma cultura pela metade, mas um verniz adquirido por imitação.

Assim, se olharmos bem as coisas — com isenção histórica — chegaremos à conclusão de que a fogueira, feita com as bandeiras estaduais ao tempo do Estado Novo, só aparentemente foi um auto-de-fé em que se consumiu a autonomia das unidades federativas. A Federação se havia tornado uma moldura grosseira para a política dos governadores — e esta era uma rústica paródia do sistema de relações entre o rei medieval e os senhores feudais. Não existiam laços de função — mas apenas de formalidade — entre a União e os seus membros e, dessa forma, o que realmente se imolou naquela melodramática queima dos símbolos da autodeterminação provincial foram as conveniências dos mandonismos regionais, que se haviam formado e fortalecido pelo fato de não ser permanente a presença da autoridade central em todos os cantos do País. Quer dizer, o que realmente resultou destruído naquele holocausto foi a rede de quistos de influência, os quais tinham como núcleo as mais retrógradas forças de uma

sociedade primária. As oligarquias e não um princípio constitucional — que só existia no papel — é que se foram com o vento da ditadura.

Naqueles tempos a unidade nacional só poderia ser explicada como um milagre. O isolamento a que as grandes distâncias votavam a maioria das regiões brasileiras possibilitou a formação de estruturas locais de governo. Tinha-se de tomar decisões que não poderiam esperar pela naturalmente demorada ação-de-presença da autoridade central e isso criou o hábito da autonomia estadual — de natureza feudalista — que os sonhadores confundiam com o funcionamento do sistema federativo. Ora, uma Federação não é um simples ajuntamento de Estados, mas uma associação de organismos políticos que agem e reagem interdependentemente por meio de um mecanismo comum a todos. A ditadura estadonovista a destruiu porque isso era da sua lógica totalitária, mas — na verdade — foi posta de lado, unicamente, uma idealização e não propriamente uma forma efetiva de convívio.

Nenhuma província a não ser duas na região centro-sul — cujos representantes se revezavam no palácio presidencial — tinha condições econômicas de autonomia. Era deprimente o atraso em que vivia o povo de quase todas elas. E só não era desesperadora a falta de recursos para vencer o marasmo porque — em virtude da capacidade de condicionamento dos sistemas sociais primários — não se criavam novas necessidades coletivas. Foi a época da solidez brasileira dentro dos quadros da ordenação semicapitalista. Nesse estágio, permaneceu a nação por muito tempo, até que começou a fazer-se sentir uma forte pressão histórica no sentido de mais uma tentativa de rompimento com os antigos padrões.

A industrialização, com que procuramos enfrentar a crise causada pelo desmantelamento do comércio mundial — durante a primeira grande guerra — abriu finalmente o caminho para a expansão da economia, sendo despertados interesses tendo gerado tensões que afetaram o equilíbrio da velha sociedade. Surgiu, até que enfim, a oportunidade para desenvolvermos o mercado doméstico e para colocarmos em termos práticos o problema da unidade nacional. Mas, como assegurar — com a velocidade exigida pelo novo processo de integração — a circulação das mercadorias dentro do nosso território se, a cada passo, levantavam-se barreiras em nome de uma Federação de satrâpias?

Até os criminosos podiam por-se a salvo da polícia e da justiça simplesmente pulando de um Estado para outro, protegidos por formalidades equivalentes às cumpridas em um pedido de extradição, como se estivessem homiziados em terras estrangeiras. Assim, além de o sistema federativo haver sido adotado à margem de toda a experiência histórica brasileira, criaram-se novas condições — principalmente de natureza econômica — que tornaram o seu funcionamento uma farsa. E

a prova de que não foi apenas em virtude de um golpe de força que se deu o seu eclipse — nos tempos da democracia autoritária — está em que não se conseguiu reabilitar o seu espírito, após a liquidação da ditadura com cujas técnicas políticas se incompatibilizara.

O aparecimento do avião e da rádio-telecomunicação — possibilitando o transporte rápido e as mensagens instantâneas entre todos os pontos da vastidão territorial brasileira — deveria tornar praticável, finalmente, o convívio federativo. Mas outros galos cantaram. Não existindo condições econômicas de autonomia regional, não poderia haver independência no encaminhamento das soluções locais, principalmente no sentido de enfrentar um novo problema: o de elevar o nível de vida de uma população cujo atraso era o principal obstáculo ao esforço para sacudir o gigante.

Só o governo federal tinha meios e maneiras — e, ainda assim, de forma limitada — para satisfazer, nos Estados, as necessidades de progresso do País. Caiu por terra, então, o mais poderoso instrumento de simplificação da Federação: a política dos governadores. As novas pressões sociais — que a própria ditadura havia criado — fizeram com que aumentassem os custos da administração pública muito antes de as receitas provinciais poderem cobri-los.

Depois, a inflação acelerou o processo de vasalagem ficando os Estados na dependência financeira do poder central. De outra parte, tornaram-se mais agudos os problemas da interdependência regional do nosso desenvolvimento, exigindo a adoção de uma estratégia econômica global, num teatro geográfico de dimensão continental. Já não se poderia insistir na idealização constitucional de uma União integrada por membros autônomos, de vez que — com exceção de São Paulo — todas as outras províncias passaram a viver de chapéu na mão, fazendo fila diante dos guichês do Tesouro Nacional.

O problema da unidade funcional do sistema federativo foi distorcido em virtude de uma visão estrábica das relações entre as diversificadas regiões brasileiras. E nenhuma força, até hoje — apesar dos vários governos fortes que temos tido — conseguiu esvaziar os desafios geoeconômicos do seu conteúdo histórico emocional. Mesmo nesta época de eleições indiretas — com a figura do governador reduzida a de um simples Chefe do Executivo — as circunstâncias continuam ditando as normas para o interrelacionamento de cada parte do País com os planos gerais de desenvolvimento. Isto é, não se cuidou — até agora — da construção de um quadro político de coordenação geral.

Não podemos cair no simplismo dos fundadores da República, quando adotaram o sistema federativo sem ligarem para o fato de — durante quatro séculos — a história do Brasil haver sido escrita dentro de moldura de uma política unitária. E cairemos, certamente, no mesmo erro se apenas virarmos a política dos governadores de cabeça para baixo.

JORNAL DE DEBATES

Diretor: LIMEIRA TEJO

Secretário: PAULINO ROLIM DE MOURA

Gerente: SEVERINO SOUTO MAIOR

Arte: EDISON BRAGA

Diagramação: RUBENS JUSTO
e LEDA DA COSTAAlderaban Cavalcanti, Gétúlio D. Bittencourt,
Mônica Schmidt, Osvaldo Donadio, Regina
L. P. de Castro, E. Távares e Antonio Araújo.

Redação e Administração

Avenida São João, 239, 7.º andar
Fone: 36-2196 — SÃO PAULOImpresso nas oficinas gráficas do JORNAL PAULISTA
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46 — SP.Distribuição para todo o território nacional: Abril S/A.
Cultural e Industrial — Rua, Emilio Goeldi, 575 — SP.

A Empresa e o Empresariado Nacionais

Em apoio à derrotista tese de que o Brasil ainda teria de esperar cem anos para que se criassem as condições que lhe permitissem levantar vô com as próprias asas, a tecnocracia herodiana fez espalhar que era insignificante — na composição do Produto Nacional Bruto — a participação das atividades econômicas privadas genuinamente brasileiras. Assim, contribuindo as empresas caboclas com apenas 15% para a formação da renda do País, seria gastar pólvora em chimango preocupar-se o governo com a sua sorte.

Já com a mesma indiferença não podiam ser tratadas as organizações estrangeiras, de vez que eram responsáveis — segundo o levantamento colaboracionista — pela quarta parte do valor da renda nacional. Mereciam, portanto, ser estimuladas a investir mais e encorajadas a absorver as empresas nativas, carentes de capital e incompetentemente administradas.

Ora, ao tempo dessa constatação, montavam a cinco bilhões de dólares as aplicações, entre nós, de recursos financeiros de origem externa. Com base nesse dado, qualquer estudante de aritmética — traduzindo em números absolutos a desmoralizante proporcionalidade — chegaria à conclusão de que não passaria de dezoito bilhões de cruzeiros o total dos investimentos feitos no Brasil, com capitais domésticos.

Nem seria preciso pesquisar para se verificar que estávamos diante de uma premeditada falsidade. Mesmo a olho nu, se poderia constatar que a aplicação de capitais privados nacionais era — pela época — dez mil vezes superior à que se poderia deduzir do levantamento capcioso. Só em bens de raiz que produzem renda — fazendas e edifícios urbanos — havia um emprego financeiro que só se podia calcular em trilhões de cruzeiros. Ou seria que, para a teoria herodiana, rentabilidade é privilégio de fábricas de sabonetes preferidos por nove entre dez estrelas de Hollywood?

Tratava-se, evidentemente, de um balão de ensaio de uma política destinada a demolir a empresa privada nacional. Entregando-a aos máscaras — sob a alegação de que pesava muito na balança — acelerar-se-ia o processo de alienação das nossas fontes de riqueza e dos meios de criá-la. Ficaria aberto, assim, o caminho para uma nova divisão do trabalho na qual de brasileiro só existiria o Estado. A este caberia a mais larga faixa das atividades econômicas — 60% da área — mas não porque se reconhecesse o seu direito à parte do leão e, sim, porque incluía os empreendimentos de menor rentabilidade e mais demorada recuperação do capital. A zona da li-

vre iniciativa deveria ser ocupada, exclusivamente, pelas multinacionais.

Não se pense, porém, que estamos defendendo a empresa privada nacional com todos os seus vícios. Reconhecemos, mesmo, que lhe cabe a maior parte da culpa pelo seu definhamento. O seu chefe, na maioria dos casos, ainda se comporta como um dono: figura de uma era em que ao direito de propriedade não correspondia o dever de, nos negócios, ser respeitado o interesse social. É incompetente, realmente, o nosso empresário, pelo simples fato de a política nepotista do Banco do Brasil haver destruído a sua capacidade de iniciativa, tornando desnecessário qualquer esforço no sentido de serem aperfeiçoados os meios de produção.

Era público e notório que os negócios, entre nós, se haviam reduzido a mero pretexto para a obtenção de empréstimos e financiamentos de araque — tipicamente semicapitalistas — sem qualquer finalidade reprodutiva. Recursos próprios para reinvestimento — mesmo os especificamente de giro — eram liberados pela indiscriminada política creditícia do governo e empregados em setores inteiramente estranhos a atividade da empresa, inclusive na agiotagem e em gastos pessoais. Até impostos, taxas da previdência social não recolhidas e o décimo terceiro salário — dispêndios normais, forçosamente fixados nos orçamentos de custeio — eram financiados como se representassem necessidades de capital.

As somas que, através dessa ponte, foram desviadas das frentes de expansão da economia, são realmente de estarrecer. Só as que foram imobilizadas nas edificações urbanas — pois o bem de raiz é a mais importante das fixações do semicapitalista — teriam dado para modernizar e ampliar todo o sistema de produção. Essa situação, certamente, não poderia continuar. A questão, no entanto, não era a da eliminação do viciado empresário nacional e, sim, a de reeducá-lo — mesmo com o uso da palmatória governamental para desempenhar um novo papel no esforço de desenvolver o País.

Em última análise, o problema é o de substituir o dono pelo executivo e — pela imposição de projetos racionais — transformar atividades empíricas em ação planejada. Isso não se fará, entretanto, por meio de sermões, mas através de uma política de amparo condicionado a obrigações de aperfeiçoamento. Com os instrumentos de que dispõe, o governo poderá promover — usando a empresa privada — a revolução de mentalidade sem a qual a economia nacional acabará sendo objeto do Estado e casa da Mãe Joana de organizações estrangeiras.

GETÚLIO: o demagogo tranquilo

Tendo aos pés uma sociedade ainda presa das doenças infantis, Getúlio Vargas foi um demagogo tranquilo. Cabeça de um governo autoritário — cuja estrutura teria de repousar em férrea organização e rigorosa disciplina — só procurou impor-se pelo lado fraco da sua personalidade. Diferentemente de todos os homens fortes da sua época, era mais como motivo de anedota — do que como objeto de um culto — que lançava raízes no coração do povo.

Não se atribuiu um só dos títulos de que usaram e abusaram os megalômanos contemporâneos, sentindo-se mais gratificado quando a massa — com carinhosa irreverência — o chamava de GÊGÊ. E se os seus inimigos o taxavam pejorativamente de caudilho — porque sem casos de consciência jurídica — as gentes o tinham na conta de um Pai dos Pobres, sendo isso realmente o que queria ser.

No momento em que o getulismo se impõe como uma filosofia do poder, a pobreza brasileira ainda era um estado social. Haviam sido destruídos os fundamentos econômicos do patriarcalismo e Vargas apareceu para dar às massas marginalizadas a proteção que não podia mais ser dispensada pelas famílias dominantes. Foi, assim, a limitada aspiração de um povo conformado aos mais baixos padrões de vida — sobretudo condicionado ao seu lugar numa estrutura de desigualdades — que legitimou historicamente as soluções assistencialistas do Pai Grande.

Getúlio foi, certamente, um oportunista. Mas possuía o senso de um *realpolitiker*. No exercício de um poder de exceção, nunca deixava de justificar-se com as realidades do País. Quando implantou o Estado Novo, teve o cuidado de explicar que estava estabelecendo uma relação direta entre governo e povo, sem mais intermediários políticos. Os formalistas, naturalmente, não concordaram com a colocação — em termos não democráticos — dos problemas da consecução do bem público, mas sem perceberem que estava sendo preenchido o vácuo causado pelo esgotamento das suas fórmulas.

PRODUTO E INSTRUMENTO

Não se pode julgar Getúlio

O Getulismo foi, no fundo, uma tentativa folclórica para promover a felicidade coletiva partindo da premissa malandra de que Deus é brasileiro. O filho desse Deus não nasceu numa cachoeira de Maracangalha, mas no palácio fantástico das sublimações do samba. Acalentaram-no Amélia, Anália, Morena Boca de Ouro e todas as **pisadoras de astros**: heroínas da paciência com a miséria. Não foi crucificado, pois não havia pecado de origem que o povo já não tivesse lavado — suando e cantando — ao esfregar as escadarias do Nosso Senhor do Bomfim. E, para que não fosse um rei sem reino, deram-lhe de presente — nos versos de um cantador de feira do Recôncavo — os fabulosos impérios de Oropa, França e Bahia.

Até que o avião encurtasse as distâncias dentro de um continente e as ondas radiofônicas quebrassem o isolamento de homens perdidos na paisagem imensa — reforçando tecnicamente o milagre da coesão do País — o Deus brasileiro tinha tantas faces quanto as do povo que o havia criado à sua imagem e semelhança. Aproximando socialmente as gentes que já viviam dentro de um mesmo quadro político, as máquinas aladas e as mensagens instantâneas reduziram a um só todos os rostos da divindade primária. Surgiu, então, o Beato Único para a unidade das aflições. Assim, no recesso dos mocambos, das favelas e das malocas — pelas paredes testemunhas da extrema pobreza nacional — foi pendurado o Retrato do Velho.

Estava caindo aos pedaços, de podre, o pardieiro em que se abrigava o povo. Getúlio, o Filho feito governo, mandou levantar na tapera uma fachada nova, de cimento armado. A decoração externa da internamente imunda morada da sua gente agradou ao Pai, pois o Deus brasileiro nunca foi de cerimônias dentro dos templos e, sim, de ruidosas festas públicas nas praças embandeiradas.

Refugiaram-se na sacristia, onde mofavam as suas idéias, os que continuaram fiéis ao velho e formalístico Senhor do Universo. E, em cheiro de odiosidade personalista, os novos fariseus decretaram a impostura do Salvador. No entanto, gastaram em vão — durante vinte e cinco anos — o latim do seu petulante eruditismo: o tempo da formação política de duas gerações. Citaram o Doutor Angélico em pura perda — só para o auditório dos ressentidos. A grande massa não os ouviu, pois sempre teve mais fé nos santos **aparecidos** do que nas imagens oficiais que — pejudadas de ouro — habitam os altares das igrejas barrocas.

Um dia, como ninguém o tivesse pregado na cruz, crucificou-se o Filho com as próprias mãos. Continuou intata, entretanto, a estrutura que lhe serviu de pedestal. Morreu Getúlio, mas não desapareceu da vida nacional. E jamais desaparecerá, enquanto o desenvolvimento do País não se desatrelar do processo de sustentação da Ordem da Decadência.

a não ser como um instrumento da sua época, um produto do seu meio e, sobretudo, como um guardião da **ordem ancestral**. Só começa, realmente, a **revolucionarizar-se** quando arranca dos norte-americanos — barganhando com a solidariedade brasileira na Segunda Guerra Mundial — a usina siderúrgica de Volta Redonda. Até então, durante todo o tempo em que desempenhou o papel de Homem Forte, a sua idéia do Estado era a de uma super-autoridade moderadora, capaz de transferir para o sistema de relações da sociedade inteira o tipo de convívio imperante nos pequenos mundos

rurais do patriarcalismo.

O que estava em jogo não era, certamente, o baixo nível de vida dos pobres e, sim, o fenômeno da pobreza. Mas, no longo prazo, o paternalismo getulista não deixou de produzir efeitos positivos. Dessa forma, mesmo que Vargas só estivesse empolgado com o seu papel de Bom Tirano, sua política de justiça social retirou um dos pregos que travavam a roda do desenvolvimento nacional.

Com a **reconstitucionalização**, no entanto, voltamos ao clima do falso liberalismo da República Velha e a mais grave consequência do ressuscitado **laissez faire** foi a dilapi-

dação das divisas que havíamos acumulado durante os seis anos da Segunda Guerra Mundial. Em pouco tempo, não dispúnhamos de um único dólar no exterior, enquanto — na área privada — os lucros da economia eram transferidos dos setores que haviam gerado para outros de maiores possibilidades especulativas. Foi essa a **tranquilidade** do governo Dutra: a da nenhuma obrigação para com o futuro do País.

O sistema, apesar de grandemente distendido, não adquiriu a organicidade necessária para dar satisfação às novas necessidades coletivas — muito mais complexas — que se tinham criado justamente porque Getúlio havia posto o dedo na ferida das velhas. Saturaram-se as antigas estruturas, sem que a menor providência fosse tomada para modernizá-las. Então, a grande massa passou a custear — ela própria — a melhoria das suas condições, pagando o preço sob a forma do constante aumento do custo da vida.

O SUICÍDIO

A redemocratização de 1945 surpreendeu o País sem quadros políticos atualizados e, portanto, sem capacidade para enfrentar uma crise que a mera deposição de Vargas não debelaria. Em face de uma nova história, o velho pensamento dirigente se comportou como se tivesse havido uma ressurreição. Como os seus expoentes não sabiam falar ao povo — a não ser de cima — Getúlio volta ao poder pelo voto do maior número, justamente como mandava o figurino das vestais da democracia. No entanto, como não era histórica — mas apenas emocional — a vontade popular de restabelecer o reino do Pai dos Pobres, deu-se a tragédia num país de anti-trágicos.

Acossado por inimigos impenitentes, Getúlio estoura o coração com as próprias mãos. Tendo uma bandeira com a qual poderia passar de demagogo tranquilo a líder agressivo — como a que desfraldou postumamente com a sua derradeira carta — foge à luta pela porta da morte voluntária. Desapareceu como Sócrates, falsamente acusado do mesmo crime: corrupção. Foi esse um acontecimento único na história do Brasil.

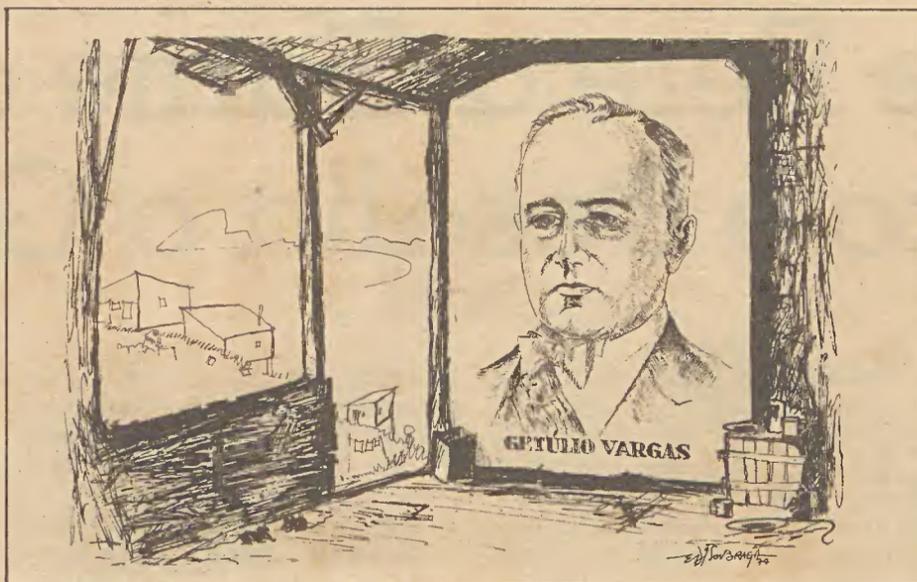
pois nenhum chefe de Estado se suicidara antes. De uma certa maneira, foi um gesto gratuito, de vez que nenhuma República do Galeão teria autoridade, física ou moral, para desafiar uma tão sentimental opinião pública com a adoção de medidas que castigassem ou simplesmente humilhassem um velho e estimado poderoso que tinha perdido as condições de continuar exercendo o poder.

Uma pequena minoria — posta à margem pelo descarilamento do trem do bacharelismo — havia pintado Vargas como um tirano mais feio do que o demônio da cartilha. Para a grande massa, porém, ele sempre foi o Magnânimo, além de que não se podia dizer que foi um peculatório e um libertino. Com efeito, não deixou Getúlio fortuna pessoal maior do que a de um fazendeiro comum, hereditário, do Rio Grande do Sul, nem casos para serem contados nas crônicas de escândalo.

O INSTINTO DE CONSERVAÇÃO DA ORDEM

Por que Getúlio se suicidou — ele que, por atos e atitudes, dava a impressão de ser um homem frio? Poderia ter voltado para a sua estância, pessoalmente imolestado, assim como Sócrates poderia ter deixado de beber cicuta, se tivesse concordado com os arranjos de Xantipa — arranjos que também foram feitos com relação ao presidente brasileiro, que apenas se licenciaria das suas funções. Por que, pelo menos, não procurou morrer como os gaúchos da sua fronteira, lutando até o último cartucho, até a derradeira batida do seu cansado coração? Se havia tomado a decisão de não mais viver, por que não caiu atirando à porta do palácio, ainda que estivesse sozinho? Por que se manteve passivo, quando poderia ter levado a massa a incendiar o Rio de Janeiro?

Teria compreendido que a sua resistência acenderia o estopim da bomba sobre a qual — durante um quarto de século — havia prudentemente jogado água? A responsabilidade pela preservação da sua ordem se teria imposto ao instinto de conservação da própria vida? Ou procurou voluntariamente a morte porque algum oráculo lhe dissera — como ao lendário monarca grego — que venceria o povo cujo rei fosse morto? Em termos de biografia, a questão pode ser explorada em todas as condições imagináveis, pois quem conseguirá descobrir as verdadeiras motivações de um homem ensimesmado, caminhando espontânea e solitariamente para o fim? Mas, como problema histórico, não



há enigma. Há o curso dos acontecimentos.

Ao que se saiba, nenhuma análise da era getulista pôs em evidência a grande contradição de um homem que, por tantos anos, dominou a cena política do País. Agiu fracamente quando tinha poderes quase ilimitados e assumiu posições desafiantes numa hora em que a imprensa e o Congresso podiam transformar em cavaleiros. Menor o preço da própria vida para dizer que a força política só existe quando representativa dos interesses econômicos dominantes — e esses interesses, na época do seu suicídio, eram os mesmos que, antes, haviam transformado Artur Bernardes num chefe de polícia.

JURIDICISMO E DEMAGOGIA

Morreu o Homem Forte, mas continuou a inquietação coletiva em função da qual se manteve no poder durante um quarto de século. Ficou vazio o andor, mas prosseguiu a procissão. Entre os herdeiros diretos de Getúlio, nenhum percebeu que não foi como o Pai dos Pobres que ele se suicidou. Sem imaginação, colocaram o Cadáver às costas e saíram a cantar, pelas freguesias emocionais, a ladainha que Vargas já tinha deixado de recitar. Quem deu um tiro no próprio coração foi um estadista que — embora tarde demais — tentou remear a favor da correnteza da revolução brasileira. De outra parte, na faixa dos que combatiam o caudilho, a liderança acadêmica se limitou a mandar rezar missa solene na catedral dos princípios que a história — de há muito — havia jogado no fundo do poço. Então, a nação passou a debater-se entre dois extremos de frustração: o formalismo jurista e o simplismo demagógico.

No espólio getulista havia decisões que poderiam ter sido catadas e transformadas em pontos-de-partida para a edificação de uma ordem social menos rígida do que a fundada no atraso econômico. Mas os que se erigiram em tes-

tamenteiros de Vargas não se interessaram em descobrir os diamantes no mar das bugangas. Estas, eleitoralmente, rendiam muito mais. Por outro lado, os que receberam o acervo de ódios — pois Getúlio não os esqueceu num bilhete deixado junto à sua derradeira carta — não tinham com o povo a necessária intimidade política para exigir-lhe os sacrifícios sem cuja aceitação o País continuaria marcando o passo.

O desaparecimento de Vargas ocorreu no momento justo em que começavam a produzir efeito histórico as suas últimas tentativas no sentido de fazer com que a economia desse um salto: na ocasião precisa em que ele procurava se descartar do dispositivo de contenção social que, até então, havia servido como instrumento do seu poder. Por força do surto industrializante — e em virtude, também, de as leis trabalhistas não vigorarem no campo — acelerara-se o ritmo da urbanização. A luta política passara a ser decidida pelo voto cidadão, desmantelando-se a máquina que — no vasto interior — fabricava os dirigentes do povo.

A ELITE ESVAZIADA

Ao impacto de novos e mais diretos meios de subornar e coagir, as oligarquias perderam a capacidade de corromper e oprimir. Surgiram, mais rudes e melhor instrumentalizados para se comunicarem com a massa, outros apertadores de parafusos e dispensadores de favores: os grupos de pressão colocados na cúpula da sociedade industrial, os pelegos que manobravam as organizações sindicais e os populistas que exploravam os desajustamentos da babilonizada existência urbana brasileira.

Para disputar a esses realistas a preferência dos getulisticamente ressentidos eleitores, levantou-se o pensamento dos caiadores de tumulos. Insensível às atribulações populares produzidas pela esclerose das estruturas econômicas, o novo bacharelismo só achou de responder

ao desafio do desenvolvimento do País deitando cátedra em estilo de prosopopéia. Do alto da torre de marfim, um grupo de intelectuais — auto-proclamando-se a nata dos literatos e artistas do Brasil — disseram, em manifesto, que o homem não é somente uma unidade biológica dentro da espécie, nem uma unidade social dentro do grupo. E sai por aí afora, falando em dimensões racionais e morais e na transcendência dos valores da pessoa humana.

Ora, se homens que falavam dizendo-se autorizados pela cultura que tinham careciam do senso de dimensão das dificuldades da sua época — a ponto de caírem numa verborrêia digna do gongorismo do Luzeiro do Século — que esperar da massa ignorante e aflita senão ir na onda dos demagogos? Estes, pelo menos, faziam-se entender, discursando na língua geral.

AS PANACÉIAS NÃO CURAVAM MAIS

Com a morte de Getúlio, a elite — se ainda podia chamar-se assim — perdeu o seu moinho-de-vento. Tornou-se, principalmente, preconceituosa em face das proposições do bem comum. Não tendo mais um alvo concreto contra o qual carregar — empunhando a lança das suas abstrações — passou a jogar com uma categoria de problemas subjetivos, muito acima do entendimento do povo. Começou a comportar-se petulantemente com respeito à promoção da felicidade coletiva, concentrando o fogo sobre os agitadores, como se estes tivessem criado as aflições que exploravam e houvessem inventado os desajustamentos sociais de que tiravam proveito eleitoral. Assim, o irrealismo de uns e o oportunismo de outros entraram a motivar-se reciprocamente como produtos contrários do tempo de dificuldades a que alude Toynbee.

Apagou-se a estrela de Getúlio não propriamente porque se tivesse reacendido a dos leguleios. Morreu porque descobriu que havia carregado água numa peneira. Viu que havia chegado o momento em que a economia, para desenvolver-se, teria de ser planejada no interesse do progresso do povo e da plena autonomia do País.

Esse homem, que tão profundamente marcou a história do País, nasceu há mais de noventa anos, no dia 19 de abril. Quando veio à luz, já estava desencadeado o processo que o levaria — ou a qualquer outro — ao longo exercício de um poder de exceção. Morreu tragicamente, atingido por uma das muitas pedras em que havia bolido. Mas, já estaria encerrada a época que o gerou e matou?

A Carne Fere a Carne do Povo Brasileiro e Desafia o Governo

José Calil

Em uma arrojada mudança da política da carne, os ministros da Agricultura e da Fazenda tomaram medidas no sentido da liberação dos preços do produto, desde as zonas de produção até os diversos canais de distribuição, nos centros de industrialização e de consumo. Os industriais foram isentos do chamado confisco, inteligente criação do ex-ministro Delfin Neto para manter (ou aproximar) a paridade de cotações entre os preços internos e os do mercado internacional, desestimulando assim as exportações em benefício do mercado interno.

O boi gordo foi tabelado a Cr\$ 110,00 por arroba, nível este que corresponde aos atuais preços nas zonas criatórias, apesar de o tabelamento anterior, de Cr\$ 90,00, jamais ter sido obedecido. As carnes de dianteiro (pá, peito e acem, costela), mais conhecidas como de segunda, foram tabeladas respectivamente a Cr\$ 9,00 Cr\$ 7,00 e Cr\$ 6,50, ou seja, bem mais acima das carnes de primeira no tabelamento anterior. As especiais de traseiro (filé, contrafilé, coxão mole, alcatra e patinho) foram liberadas. Do traseiro, apenas o coxão duro e o lagarto foram tabelados, a Cr\$ 11,00 o kg.

As medidas, ora tomadas, objetivam resolver a crise do abastecimento de carne, que pela primeira vez em nosso país atingiu os centros consumidores em pleno período de safra, que deveria ser de abundância. A draconiana resistência dos pecuaristas, dos industriais, dos retalhistas e varejistas, provocou a permanente escassez do produto, desde o princípio do ano passado até o presente, resultando no ressurgimento do cambio negro e nas costumeiras fraudes, como nos tempos da famigerada COFAP, de triste memória.

Resta saber, a quem vai beneficiar, a atual liberação dos preços. Ao pecuarista não é, porque os níveis de Cr\$ 110,00 por arroba são iguais ou abaixo das cotações vigentes nas principais zonas criatórias. Os industriais e toda sorte de intermediação vão se beneficiar extraordinariamente, sem mesmo a necessidade de lançar mão de numerosa sorte de fraudes de que geralmente são useiros e

vezeiros para garantir seus lucros.

Na opinião oficial, à longo prazo a população deverá se beneficiar com o restabelecimento do equilíbrio entre a oferta e a procura e, conseqüentemente, da normalização dos suprimentos no mercado interno. Na prática, pode-se prever a extinção das filas, não tanto pelo aumento da oferta, mas principalmente pela drástica redução da demanda. É evidente que a maioria da população não terá mais condições de consumir carnes para bife (de traseiro) como é do gosto brasileiro, e, nem mesmo de segunda, dada a drástica elevação de seus preços.

POLÍTICA DE PREÇO

A política de preços para a carne tem variado frequentemente e nenhuma delas resultou em benefício do consumidor, embora todas elas tivessem a boa intenção de favorecê-lo. Ora o tabelamento é estabelecido para o boi gordo, ora para a carcaça industrial, ora para os retalhistas e varejistas, ora para um, dois ou mais níveis de intermediação. Os níveis para o consumidor são fixados, arbitrariamente, sem bases econômicas nos custos do boi gordo, nos custos de industrialização, nos rendimentos da carcaça e tipos de corte, etc.

Por outro lado, os órgãos de controle jamais contaram com suficiente rede de fiscalização e a própria população consumidora, não só jamais colaborou com as autoridades na manutenção das tabelas de preços, como sempre contribuiu para o seu relaxamento e para o surgimento do cambio negro e de outras fraudes.

Desafio

Se as medidas ora tomadas de afogadilho forem acompanhadas por outras de longo alcance, da alçada exclusiva do jovem ministro Allysson Paulinelli, pertinentes ao desenvolvimento vertical e aprimoramento da pecuária brasileira, então será possível vislumbrar no futuro melhores condições para o abastecimento do mercado interno e para a exportação. Do contrário, tudo continuará como dantes.

Como engenheiro agrônomo dinâmico e dos mais ilustres desta geração, o ministro da Agricultura sabe que nosso re-

banho bovino, mantido em regime de criação extensivo-extrativo, não está em condições de atender a crescente e permanente expansão do mercado consumidor interno e muito menos as solicitações externas.

Os compromissos assumidos com o BIRD e a clientela exterior não podem ser atendidos por essa pecuária de tipo extensivo-extrativo, de muito baixa produtividade, ainda predominante em nosso país. Tanto isto é verdade que a exportação de apenas 200 mil toneladas de carne em 1972 foi o suficiente para desorganizar até o presente o abastecimento do mercado interno.

DEMANDA

Recente estudo efetuado por um professor da Faculdade de Economia da USP por encomenda de uma firma consultora contratada pelo Banco Central, por sugestão do BIRD, não chegou a conclusões muito otimistas quanto às possibilidades futuras da pecuária brasileira no sentido de atender à demanda interna e a exportação, a não ser que medidas excepcionais sejam tomadas para a modernização das práticas zootécnicas, para a abertura de novas zonas criatórias, para o desenvolvimento de alternativas de consumo e para a compressão da procura através da elevação dos preços no mercado interno.

Esta última parece ter sido a medida adotada pelo governo, a qual não atenderá aos legítimos interesses da economia nacional e do bem-estar social da população brasileira, se não for acompanhada das demais sugestões daquele estudo, cujas conclusões são as seguintes:

a) O modelo elaborado para a projeção da demanda, função da renda, elasticidade-renda e crescimento demográfico, foi desenvolvido para as regiões Norte, Centro-Sul e Sul, discriminando-se os consumo urbano e rural. A agregação dos resultados parciais obtidos e suas correspondentes tendências até 1980, permitiram verificar que a evolução global do consumo de carne bovina será da ordem de 96,20% com uma evolução média anual de 6,95%, para preços reais constantes da carne.

b) — A taxa de crescimento

da população global constante para o período, é de 2,86% ao ano.

c) — Resultou, a partir dos dados existentes, uma taxa de crescimento da renda per capita média de 5% ao ano, inferior em 37% à taxa de crescimento atual da renda, cujo valor é de 8% ao ano.

d) — A demanda urbana total das três regiões crescerá, durante a década, de 121,19% — o que corresponde a um crescimento médio anual de 8,3% para preços reais constantes, embora a elasticidade-renda seja sensivelmente menor que no meio rural. Esse crescimento alto é efeito, principalmente, do crescimento da renda e da população que, no setor urbano, é sensivelmente maior.

e) — No setor rural, em todas as regiões o crescimento da demanda é inferior ao verificado no setor urbano. O crescimento, durante a década, está previsto em 47,51%, correspondendo a uma taxa média anual de 4,4%, para preços reais constantes. O fator determinante neste incremento baixo, quando comparado com o setor urbano, é função principal do menor crescimento da renda (3,6% ao ano) e do incremento populacional (1,3% ao ano).

f) — A comparação entre a projeção oferta de gado para o abate e a projeção do consumo de carne bovina, permitem observar uma deficiência da produção para satisfazer a demanda na década assinalada, nas condições do crescimento da renda e população que foram determinadas pelo modelo. Perante esta situação, as possibilidades de exportação estariam altamente comprometidas. A solução, a curto prazo, parece indicar a necessidade de compatibilizar a oferta e procura em termos de preços, tomando-se medidas que possam acelerar o processo de substituição de carne bovina por outras nos hábitos de consumo.

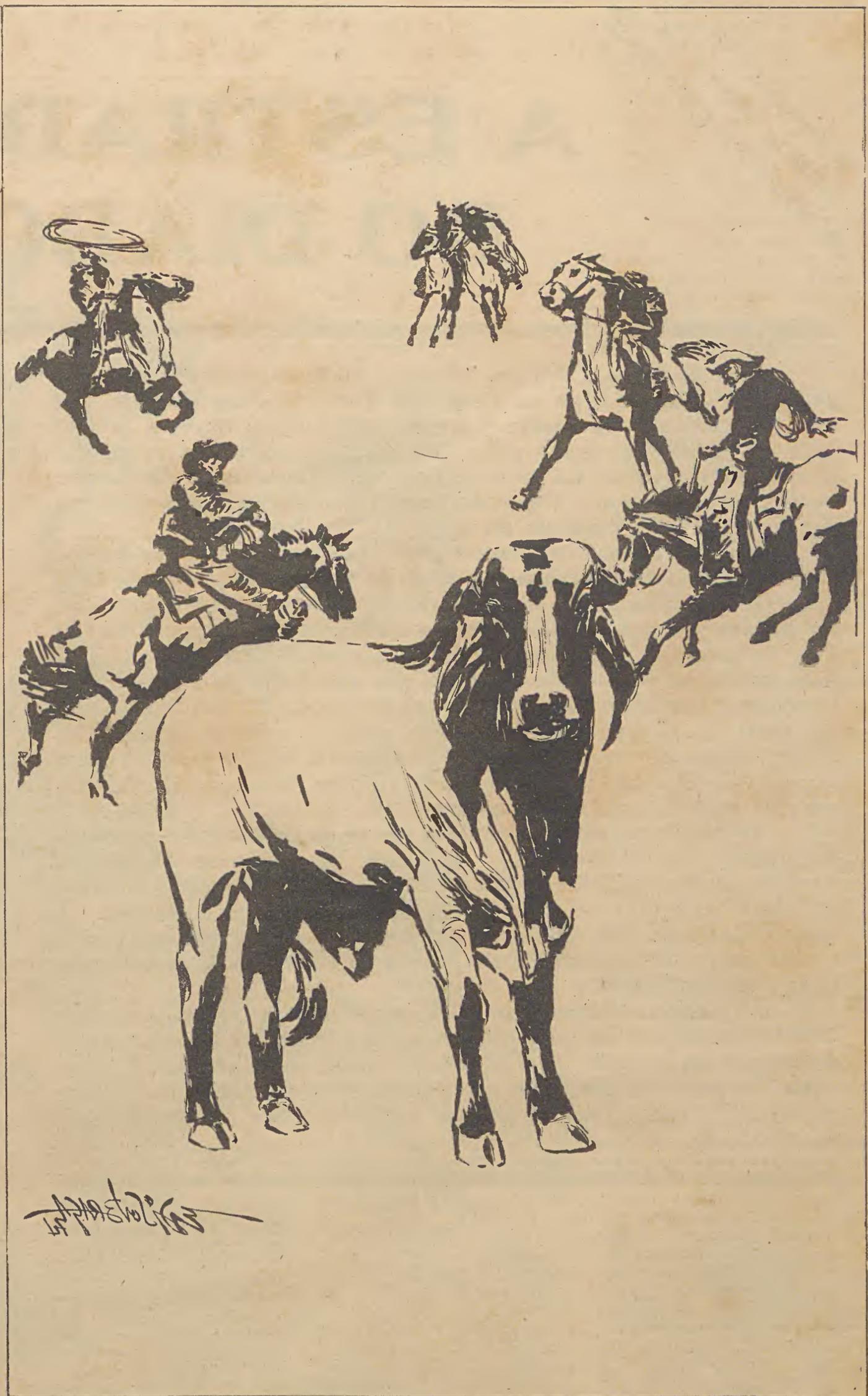
g) — A fim de conservar a incidência da elevação dos preços no deslocamento da demanda interna, foram elaboradas hipóteses em função de metas de exportação. Assim, estimou-se uma exportação máxima de 300 mil toneladas em 1975 e de 600 mil para 1980. Para a meta de 300 mil t. teríamos um aumento no nível absoluto da demanda

efetiva interna de 13% em relação a 1970. Ocorria, assim, uma redução da demanda efetiva em relação à projetada, a preços reais constantes da ordem de 20,4%. Isso implicaria em preços reais de 20,4 a 25,5% maiores que os de 1970, conforme as hipóteses sobre a elasticidade-preço do consumo de carne. Para 1980, uma expectativa de exportações de 600 mil toneladas corresponderia um acréscimo da demanda interna de 27,9% em relação ao nível de 1970 e um decréscimo da demanda doméstica em relação à projetada de 35,7% e, portanto, preços reais mais elevados do que os de 1970.

h) — As alternativas de substituição de consumo de carne bovina por carnes de aves, suína e pescado, apresentam dificuldades a curto prazo. Em síntese, a situação do mercado de carnes substitutivas se apresenta da seguinte maneira:

1. **Carne de aves:** mostra, a curto prazo, possibilidades de se incrementar sua oferta, dadas as características tecnológicas de operação. A limitação maior é função dos preços para consumo final, aos quais encontram-se fortemente afetados pelos altos custos dos insumos (rações). Isto impedirá à avicultura ganhar novas faixas do mercado, já que em igual condição de preços, ela não poderá deslocar parte da demanda atual de carne bovina.
2. **Pescado:** apresenta problemas nos três níveis principais do circuito econômico, ou seja:
 - o nível de produção em fase de reformulação da política de industrialização, onde se observa certa rigidez pela falta de fatores de produção e onde o fator matéria-prima ocasiona fenômenos de ociosidade cíclica e estrutural;
 - a nível da distribuição, os fatores apresentam-se graves quando referidos ao fator do mercado interno, por falta de infraestrutura e canais de comercialização;
 - a nível de consumo, vários fatores participam como limitantes: uma elasticidade-renda global baixa, quando comparada com a das carnes de aves e bovina além da pouca tradição do consumo.

Em realidade, o desenvolvimento industrial da pesca a curto prazo, não poderá basear-se nas possibilidades do mercado interno; os investimentos e informações do empresariado sugerem uma



orientação prioritária para a exportação o que permitiria garantir a rentabilidade do setor, já que não existem indicadores certos sobre as potencialidades de expansão do consumo doméstico.

Em última análise, o estudo do professor de economia da USP indica que não há

perspectivas imediatas para equilibrar o binômio oferta-demanda de carne bovina, exceto por meio da elevação dos preços no mercado interno e do incremento do consumo de outras espécies de carnes, especialmente as de aves, as únicas que fornecem condições.

A elevação dos preços determinada pelos ministros da agricultura e da Fazenda, corresponde ao primeiro item das conclusões referidas. Vejamos agora se as demais serão tomadas para que a população consumidora não seja a única sacrificada na nova política governamental.

A Estrada dos Trilhos de OURO e dos DORMENTES de CADAVERES

A ESTRADA DO DIABO

João da Costa Palmeira, membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, dizia da strada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1942 — quando já agonizava a tristemente famosa ferrovia — que cada dormente representa uma vida humana que ali se extinguiu. É evidente o exagero da informação, que é literalmente condizente — no entanto — com a dimensão trágica do esforço para ser aberto aquele verdadeiro caminho do diabo.

O assentamento de quase quatrocentos quilômetros de trilhos através de uma das mais densas selvas do mundo foi realmente uma epopéia. A região a ser cortada era pontilhada de cachoeiras — e foi justamente para contornar esses obstáculos à navegação fluvial que se planejou a estrada. Muitos estudos já haviam concluído pela difícil penetração da área, que era também a dos índios Caripunas, considerados como selvagens brutais. Mas o caminho foi aberto e, ainda hoje, se pergunta como — com as técnicas da época — isso se tornou possível. E ainda havia as endemias, as quais — na verdade — foram as principais responsáveis pelo que se chamou de massacre de trabalhadores.

As mais heterogêneas equipes foram empregadas na execução do projeto: um compromisso do Brasil, assumido em virtude do Tratado de Petrópolis, que pôs termo — com a anexação do Acre ao nosso território — a uma velha pendência com a Bolívia. A estrada daria ao país vizinho — que havia perdido a sua saída para o mar numa guerra com o Chile — um corredor pra as suas exportações pelo Atlântico.

A Madeira-Mamoré foi, na realidade, a nossa primeira Transamazônica, com uma diferença: os obstáculos a vencer eram maiores e as técnicas de construção muito mais atrasadas. Seu custo foi tão alto que, com as mesmas despesas, se teria podido construir — numa zona de normal penetrabilidade — uma estrada de trilhos de ouro.



Para a implantação de 549.000 dormentes, numa extensão de 366 quilômetros selva a dentro, foram empregados — segundo estatísticas oficiais — 21.217 trabalhadores. Iniciada a construção em 1907 e terminada em 1912, a estrada partiu de Porto Velho e chegou a Guajará Mirim. Uma tabela, distribuída pela empresa encarregada das obras, mostra o crescendo dos operários engajados:

ANOS	HOMENS
1907	446
1908	2.450
1909	4.500
1910	6.024
1911	5.664
1912	2.733
TOTAL	21.217

As condições de trabalho eram as piores possíveis. Entre os operários, existiam até indus, com seus turbantes e barbas negras. Vieram homens de todas as partes do mundo. Enfrentaram o beribéri, a malária e uma infinidade de outras devastadoras moléstias das regiões tropicais. E grande parte procurou emprego na construção da estrada como uma oportunidade que se oferecia para alcançar

lugares lendários, povoados de belas amazonas e prenes de ouro e pedras preciosas.

As frequentes inundações e deslizamentos de terra interromperam em muitos pontos os trabalhos de construção. Trilhos e dormentes eram arrastados pelas enchentes dos rios e aterros se diluíam, infiltrados pelas águas. Homens desapareciam na selva, atraídos pelos mistérios. Outros sucumbiam às doenças. Mas os índios Caripunas — que haviam ganho a fama de selvagens brutais — não criaram problemas. Mostraram-se, apenas, como crianças curiosas, impressionados com um espetáculo completamente estranho.

Em certos trechos, tiveram de ser lançadas pontes extensas. E não havia uma máquina. Tudo era feito com instrumentos manuais — e os mais elementares. Aterrando, implantando dormentes, colocando trilhos, os trabalhadores — com os pés no charco — foram empurrando a estrada, praticamente com os ombros, até o seu ponto final. Em 1912, a ferrovia é inaugurada, deixando no seu traçado uma história trágica que — apesar de cortar o coração dos que dela tiveram conhecimento — é de uma entusiasmante grandiosidade.

A SAFRA DA MORTE

Não morreram tantos homens quantos foram os dormentes implantados. Se assim tivesse acontecido, a estrada teria consumido com 5% da população brasileira da época. Segundo a estatística da empresa construtora, 1.552 trabalhadores perderam a vida, ao longo dos cinco anos da obra, como o demonstra o seguinte quadro:

ANOS	MORTES
1907	6
1908	65
1909	425
1910	428
1911	419
1912	209
TOTAL	1.552

Em média, morreram anualmente 5,6% dos trabalhadores, sendo que o ano de maior mortalidade relativa foi 1909, quando a percentagem foi de 9,4%. Embora haja um cálculo segundo o qual 30.000 homens teriam sido engolidos pela obra, sabe-se que não foi somente a estrada que acabou com a vida dos que deixaram a civilização para se empregar na sua construção. Grande número de aventureiros desapareceu na selva sem ter pegado numa picareta, não sendo pequena também a quantidade daqueles que a doença eliminou em meio da viagem.

A empresa construtora mantinha médicos e enfermeiros num hospital especialmente instalado na zona. Pelas fotografias existentes, vê-se que a assistência dispensada — inclusive a indígena — era relativamente boa, levando-se em conta as dimen-



sões do problema os instrumentos e o nível da técnica de cura da época. É de salientar, no entanto, que esses serviços só começaram a ser prestados, depois que Osvaldo Cruz fez uma visita ao local das obras.

Realmente, o hospital só foi montado depois que o grande sanitarista brasileiro revelou os perigos a que estavam expostos todos os que tomavam parte na construção. Mas houve mortes fora das paredes do nosocômio de Candelária — hoje Educandário Belisário Pena — que estão indiretamente ligadas à construção da estrada e que, de uma certa forma, pertencem também à sua história: as resultantes de conflitos entre índios, seringalistas e pessoas estranhas à obra.

UM GRANDE PASSO PARA A INTEGRAÇÃO

A construção da Madeira-Mamoré não foi uma improvisação, como se tem ouvido dizer. Foi o amadurecimento de um projeto de 1883, elaborado pelo engenheiro norte-americano Morsing que — à frente de uma comissão constituída para tal fim pelo governo imperial — concluiu, após estudos e levantamentos locais, pela viabilidade da obra.

Pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, o Brasil se comprometia a construir uma ferrovia que, partindo de Porto de Santo Antônio — no rio Madeira — atingisse Guajará Mirim, no Mamoré. Estava prevista, ainda, a construção de um ramal que, passando por Vila Murtinho ou outro ponto próximo (Mato Grosso), chegasse a Vila Bela, na Bolívia. Prometemos nos esforçar para concluir a estrada no prazo de quatro anos e dela fariam uso os dois países, com direito às mesmas franquias e tarifas.

Assim, além de não se tratar de uma improvisação — pois vários estudos foram feitos — a construção da Madeira-Mamoré era uma obrigação internacional do Brasil e, por mais que se diga hoje que representou dinheiro e vidas humanas postos fora, o fato mesmo é que ela foi um dos grandes passos dados no caminho da integração do vazio e vastíssimo espaço amazônico. Agora é uma peça de museu, pois faz um ano que o último trem correu pelos seus trilhos. Foi uma obra útil, no seu tempo. E a sua crônica — por mais trágica que seja — é, também, um dos capítulos da história da tenacidade do povo brasileiro.

A construção da estrada do diabo foi uma epopéia. O seu trajeto está pontilhado de cemitérios, em cujas valas comuns viraram pó milhares de homens que suaram, sangraram e perderam a vida para manter intato o Brasil.

Genival Rabelo

Pequena Empresa Perseguida

“Se você puder plantar carvalhos — dizia ao filho um alto funcionário do Ministério da Fazenda —, não plante couve.”

Na verdade, com a oportunidade dos incentivos fiscais, em benefício não apenas de regiões, mas de determinados setores de atividade, e com as facilidades de ingresso e associação ao capital estrangeiro, a hora é de se pensar grande, de se fazer projetos monumentais. Até certo ponto não importa muito a viabilidade de lucro, ou pelo menos a segurança de retorno do capital investido, dentro do prazo razoável. Pois que o grupo empreendedor, não raro, é apenas agente da mobilização dos recursos obtidos com os incentivos fiscais.

Tempos atrás acompanhei um industrial do setor de couro a uma reunião de negócios no Hotel Nacional. Quando ele ingressou no amplo salão de recepção do hotel, mostrou-se, no primeiro momento, encantado.

— Sou acionista do hotel — disse. — Mas é a primeira vez que o visito. Visto de fora, não dá a impressão de tanta grandiosidade. Viajei muito. Não me lembro de ter visto na Europa, nem nos Estados Unidos, algo que se comparasse, que tivesse a beleza deste salão de recepção.

Comentou sobre a quantidade de mármore utilizada.

— Só em mármore, com esta fantástica metragem, se terá gasto uma verdadeira fortuna.

Mas, em seguida, teve sua atenção desperta para a pouca frequência do hotel. Concluiu, com alguma melancolia:

— É. Mas haverá retorno do capital. Pessoalmente, eu teria feito melhor negócio se tivesse aplicado meu percentual do imposto de renda no setor da petroquímica.

E com um sorriso que mal disfarçava seu desapontamento:

— O velho Tijurs levou no bico.

De fato, é um empreendimento voltado para o turista estrangeiro. Mas, antes de se incrementar devidamente o turismo interno, haverá possibilidade de criar-se uma infra-estrutura adequada e estando o Hotel

quada ao turismo internacional? Sendo um tanto remota essa Nacional muito acima, pelo menos no que toca a preço, dos padrões e possibilidades do turismo interno, não teria sido uma inversão somente possível em razão dos incentivos fiscais, isto é, feita sem o respectivo cálculo de viabilidade de retorno do capital, mesmo a prazo longo?

É a tendência para, em se podendo plantar carvalho, não se plantar couve. Mas, se se generaliza demasiadamente essa tendência, bafejada pela política dos incentivos fiscais e outras facilidades, que serão dos abandonados, desprotegidos plantadores de couve?

Eu disse abandonados e desprotegidos? O correto seria dizer perseguidos. Pois, hoje, no Brasil, a pequena empresa é sacrificada com tamanha carga de impostos que mal consegue sobreviver. Os sacrifícios exigidos do pequeno empresário são de tal ordem que muitos deles compreendem que é melhor fechar as portas da empresa e procurar flutuar na corrente, como intermediários, tentando sempre que possível ganhar comissão de quem vende e de quem compra. Outros se acomodam no mercado de trabalho como assalariados. Trocam a perspectiva de um futuro próspero, mas que exige, no presente, uma desmedida soma de sacrifícios e preocupações, pela segurança do emprego assalariado, que lhe proporcione uma vida tranquila, embora medíocre.

Resulta daí, porém, que cada vez que uma pequena empresa encerra suas atividades se faz um vácuo no mercado de trabalho. Se o fenômeno ocorre com muita frequência, dificilmente o somatório de tais diminutos vácuos pode ser compensado pelo surgimento de conglomerados econômicos. Estes, graças ao volume de mobilização de capital, podem planejar sua produção de tal forma a obter o máximo em produtividade da mão-de-obra. Em consequência, reduzem-na ao mínimo necessário, o que é absolutamente correto. Numa economia que obedeça a uma plani-

ficação centralizada, como a socialista, o fenômeno é compensado pela diminuição de horas de trabalho, no plano nacional. Mas, numa economia capitalista, em que os objetivos econômicos invariavelmente se sobrepõem aos objetivos sociais, resulta daí a diminuição do mercado de trabalho, com a ameaça de agravar o problema do desemprego.

Na chamada sociedade aberta, que obedece às leis da economia de mercado, são os conglomerados econômicos que desempenham a tarefa superior de pesquisar, desenvolver o conhecimento tecnológico, abrir caminhos no setor da produtividade, incrementar as técnicas do Marketing, lançar produtos novos, assegurar melhor qualidade pelo menor custo. É, sem dúvida, uma função pioneira. Importatíssima. Básica para o desenvolvimento econômico. Mas são as pequenas empresas que sustentam o mercado de trabalho. Sua função social, pois, não é a de ordem a desprezar-se ou dela não se tomar conhecimento. Mesmo numa economia quase que pós-industrial, como a dos Estados Unidos, as pequenas empresas, lá consideradas como tendo até 100 empregados, respondem por 26% da força nacional de trabalho.

Com as atenções governamentais voltadas para os plantadores de carvalho, o que parece estar acontecendo, entre nós, é uma distorcida política de lhes encaminhar a abundância de recursos que vão ser buscados, através da maciça carga tributária, entre os humildes e operosos plantadores de couve. Inclusive na numerosa classe assalariada. Pune-se o trabalho em favor do capital, com a possibilidade de favorecer a esperteza, a sagacidade e argúcia de uns poucos aproveitadores, em detrimento não só dos pequenos empresários, mas de todo o mercado de trabalho, que resulta de sua obstinação de enfrentar dificuldades pela esperança de dias melhores.

Pode chegar o momento em que o pequeno empresário abre os olhos e descobre uma réstea de luz: o capital estrangeiro. De

tanto apanhar e sofrer, ou ele sucumbe, ou cria uma infinita capacidade de resistência e até mesmo de criatividade. Bola uma idéia mais audaciosa, submete-a ao grupo estrangeiro e participa do empreendimento como sócio minoritário, ou como simples testa-de-ferro.

— Deixei de patriotatas — disse-me um deles. Entreguei os pontos. Fechei minha pequena indústria e abri um escritório de representação, tendo já uma bolação bem encaminhada com o capital japonês.

Contou-me o caso de José Vasconcelos.

— Os japoneses fizeram o plano completo para a Vasconcelândia. Inverterão todo o capital necessário e concederão a José Vasconcelos uma participação de 10%, o que para ele é um ótimo negócio.

É esse o outro risco de se onerar demasiadamente a pequena empresa, com maciças cargas tributárias, no Brasil: a desnacionalização, já não direi da indústria (a farmacêutica, por exemplo, já é 100% estrangeira), mas da própria iniciativa e até mesmo da criatividade. O capital estrangeiro, o “Know-how” estrangeiro, eis o quadro final.

Não se pode, nem se deve, em verdade, esquecer a função social da pequena empresa. Fazê-lo, na sociedade aberta, de economia de mercado, em que — cumpre insistir — os objetivos econômicos se sobrepõem aos objetivos sociais, é agravar o problema do desemprego, fomentar uma espécie de capitalismo de fora para dentro, cuja tônica é a submissão inapelável ao capital estrangeiro.

A propósito, não há dia em que não circulem rumores de que grupos estrangeiros estão de olho no Hotel Nacional. Realmente, para uma empresa que possua uma cadeia de hotéis nos Estados Unidos e na Europa, será muito mais fácil fomentar o turismo internacional de modo a justificar o volume de inversões feitas na construção de um hotel como o Nacional. Até quando o velho Tijurs se obstinará a resistir o certo?

ÁFRICA: à espera dos Povos do Mundo

OSVALDO DONADIO

Os cinco séculos de colonialismo português na África impediram-nos de obter informações mais detalhadas e também nos tirou a possibilidade de examinarmos — com objetividade e segurança — os enormes potenciais que poderiam ter se aberto para nós no outro lado do Atlântico. No momento em que Lisboa discute seu destino com base no livro do general Spínola, *Portugal e o Futuro*, seria bom se désemos uma passada de olhos em relação aos interesses do Brasil nas “províncias ultramarinas”.

Antes, porém, convém que se diga que sempre mantivemos alguns mitos com referência à África negra e jamais nos interessamos — porque desagradava a Portugal — em estreitar nossos laços de amizade até mesmo telúrico. Com isso, nos distanciamos do nosso destino de potência atlântica, perdendo um tempo praticamente irre recuperável para dar efetivação política a um determinismo da geografia.

Os cinco séculos de exploração nas “províncias” não melhoraram Portugal em nada. Pelo contrário, cada dia aumentam as despesas militares de Lisboa na África, que já absorveu 50% do orçamento. A sua juventude é obrigada a permanecer por 12 meses no serviço das armas — forçada, portanto, a despedir quase quatro anos de vida útil. E é, hoje, um país exportador de mão-de-obra primária para outras nações do continente europeu.

ENCONTRO COM A ÁFRICA

A África não pode continuar a ser ignorada pelo Brasil. Os caminhos precisam ser abertos em forma de leque, para que a soma de interesses recíprocos permitam dimensões justas para o desenvolvimento harmônico e justo dos dois continentes. Harmônico no sentido de se respeitar a auto-determinação de todos os povos e justo na medida em que exigimos para nós.

Em julho de 1972, o ex-ministro Gibson Barboza, das Relações Exteriores, visitou a África Negra. A delicadeza da situação política e a possibilidade de ferir melindres exigiram do chanceler muita habilidade. E ele foi realmente habilidoso. Ao mesmo tempo em que a ascensão de Marcelo Caetano havia dado a impressão de uma liberalização na política colonialista, os negros de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, esperavam uma afirmação política do ex-chanceler em

favor da descolonização. Ele não se manifestou — pelo menos de público — a respeito. Seu giro tinha por objetivo examinar *in loco* os potenciais existentes ao sul do Saara. E a partir daí — de forma discreta — o Itamaraty passou a olhar com bastante simpatia os problemas existentes nas “províncias”, mesmo que a transladação dos despojos de D. Pedro I parecessem reafirmar nosso alheamento à política desenvolvida por Marcelo Caetano na África.

Portugueses radicados no Brasil costumam dizer que não podemos liberar as “colônias” por que dessa forma, Lisboa ficaria sem matérias primas, combustíveis e outros bens econômicos básicos, ao mesmo tempo em que perderia um enorme mercado para a colocação da produção metropolitana. Mas o que o país está perdendo mesmo é a sua juventude. A sua população é constituída hoje, em grande parte, de velhos e viúvas.

DISTRUIR MITOS

A riqueza da cultura africana — em sua singular simbologia, principalmente a partir do balé do Senegal — não nos é inteiramente desconhecida, mesmo que se possa endossar que a “África não tem memória, mas tem passado”. E esse passado, tão próximo de nós pela presença da abominável escravatura e outros laços de natureza íntima, representa uma das formas que nos ligam aos povos africanos.

Não obstante, os povos africanos jamais deixaram de ser explorados por vários países europeus e pelos americanos, que usam a OTAN como ponta de lança. Salazar dizia ao jornal “O Comércio”, de 14 de abril de 1966 que “com o nosso colonialismo são os estrangeiros que embolsam os lucros e nós pagamos os melhoramentos”. Corroborando essa afirmação, a primeira conferência nacional do MPLA — Movimento Pela Libertação de Angola, em dezembro de 1962, enfatizava:

— Portugal, para desenvolver a luta em Angola, obtém apoio moral e material de alguns de seus aliados da OTAN que, pelos interesses econômicos e investimentos consentidos, são os verdadeiros senhores de importantes setores da economia angolana”. Mais adiante eles registraram que “a economia de Angola é condicionada às exigências “metropolitanas” e às dos monopólios internacionais, que investem na indústria extrativa de que já são proprietários exclusivos”.

Jean Ziegler, em “La contre-revolution en Afrique”, publica-



do em 1963, afirmou que “depois de 1932, o Estado português não concedeu nenhum crédito aos seus territórios de ultramar.”

Os mitos a serem destruídos não significam somente os problemas econômicos, mas aqueles que dizem respeito ao que ocorre na África de hoje, onde a taxa de natalidade é das maiores do mundo e onde existe enorme faixa de população extremamente jovem, tal como ocorre no Brasil. E essa nova geração está começando a abandonar o animismo praticado em suas tribos. A presença do Brasil nesse cenário representaria a confirmação do Lago Atlântico,

O ENORME POTENCIAL

Afirmar que na África muitos países adotaram o regime socialista sem conhecer as condições objetivas em que o socialismo pode realmente ser implantado é não falar nada. Esse preconceito contra jovens nações africanas, que tentam desesperadamente encontrar formas viáveis de sobrevivência, prejudicou não só as relações do Brasil com elas, mas desvirtuou um acontecimento histórico imposto pelo desmembramento do colonialismo após o término da última Guerra Mundial.

Ao sul da África, principalmente na Rodésia, o *apartheid* discriminatório — onde três mil brancos mandam e desmandam em mais de três milhões de negros — eliminou quase que radicalmente a possibilidade de in-

tercâmbio. Os ingleses mantêm aquela região sob a máscara sutil (não muito) do neocolonialismo. Nas “províncias ultramarinas”, Portugal nos prendeu pelo sentimentalismo.

Com isso, cerca de 260 milhões de habitantes — população atual da África — ficaram praticamente marginalizados do resto do mundo, sendo utilizados como massa de manobra para alimentar uma situação imoral, não só do ponto de vista histórico, mas acima de tudo, humano. E há um mito econômico a ser destruído também. Esses 260 milhões de africanos não representam, em termos de mercado de consumo, um mercado apreciável, se levarmos em conta as condições de extrema pobreza em que vivem grandes massas da população e a renda *per capita*. E pode-se incluir também a África Árabe, ao norte do Saara, uma vez que a soma do dinheiro acumulado pelos sultões e xeiques do petróleo só beneficia a eles mesmos, além de dar às companhias internacionais um privilégio revoltante.

Não obstante, o enorme potencial existente, reiteramos, não pode permanecer ignorado, preso a fantasmas preconceituosos e distorcidos. A aldeia global de McLuhan tem muito a ver com a África. E os poucos intelectuais portugueses, liberais e democratas, já nos mostraram um pouco da realidade sobre o neocolonialismo existente. E o momento é oportuno para se repensar nossa posição na África.

sileira a exigida dimensão imperial. Precisamos ter sempre em mente, ainda, o fato de a grande arrancada de Tio Sam só ter tido lugar depois de uma guerra civil haver demolido a ordem semicapitalista, quase destruindo a unidade nacional — ou seja: após serem removidos os obstáculos representados pelos interesses estáticos da classe ociosa dominante, para a qual o marasmo era uma garantia da permanência dos seus valores.

Falsa explosão

De nada nos valerá a experiência norte-americana se não procurarmos primeiramente, desemperrar o nosso sistema. Continuaremos a patinar, se insistirmos em utilizar como ordenador das novas relações — impôstas pela industrialização — os mecanismos da fase em que, realmente, podia-se dizer que **exportar é a solução**. Aliás, embora menos arrojadamente, temos realizado um esforço de desenvolvimento da mesma natureza do que foi feito pelos Estados Unidos. Que nos faltou, então, para o fazermos com igual agressividade?

A causa primeira é a de não se ter criado, entre nós, uma tensão demográfica que nem precisaria ter a potência para mover montanhas, bastando que o tivesse para transpô-las. A população brasileira, com efeito, cresceu vegetativamente, sem substanciais adições de origem externas, mesmo se levando em conta a bem sucedida colonização estrangeira no sul do País. Isto é, não sofremos — como sofreram os Estados Unidos — o impacto de uma onda humana que, vinda de fora, forçasse a economia a dar um salto.

O fato mesmo é que, apesar de falar muito — hoje em dia — numa **explosão** demográfica, o número dos habitantes do País não aumentou mais do que vinha sendo previsto. Bem vistas as coisas, aliás, longe de nos haver presenciado com um estampido — como o causado pelas correntes imigratórias nos Estados Unidos — a história ainda nos está devendo uma das duas dezenas de milhões de almas. Realmente, a massa brasileira seria, já agora, a da estrapolação para 1980 se — a partir do Recenseamento de 1920 — tivéssemos reduzido de um por cento ao ano a incidência da mortalidade infantil. Só em relação com o ritmo da economia — cujo desenvolvimento, nos setores básicos, vem sendo menor do que o da série vital — é que cresceram desmedidamente os efetivos populacionais do Brasil.

O verdadeiro desafio

Tendo aumentado as nossas necessidades humanas numa velocidade maior do que a da criação de meios para satisfazê-las, verificou-se uma aparente explosão demográfica: um fenômeno que a ciência econômica define como de superpopulação relativa

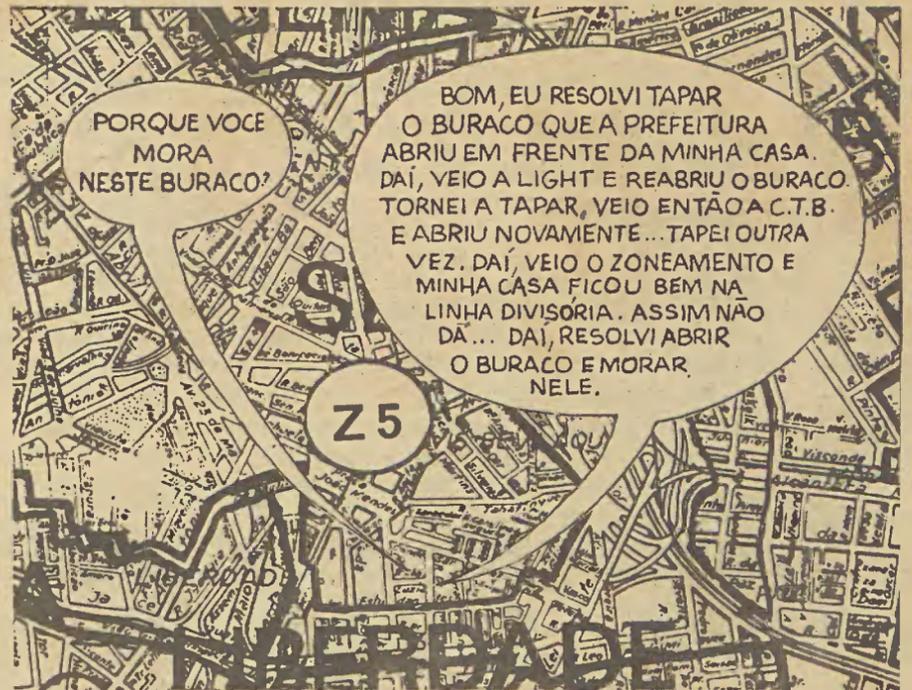
— e cujo exemplo mais dramático, entre nós, é o que nos oferece o Nordeste. Essa impressão artificial do acontecimento mais se acentuou pelo fato de a corrida para as edificações haver aberto, nas grandes cidades, frentes de emprego para a mão-de-obra que — no vasto interior — estava sujeita à periódica ociosidade das entre-safas e cujos efetivos aumentavam mais do que o poderiam ser absorvidos nas épocas de atividade.

Tivemos, assim, uma onda populacional **vinda de dentro**. E foi o êxodo dos campos que funcionou como um estampido, criando nas áreas de concentração urbana o problema de enfrentar a expansão da oferta no mercado do trabalho. O verdadeiro desafio, no entanto, era o proposto pela rarefação do povoamento brasileiro, que só poderia ser respondido por meio da implantação de uma infraestrutura que incorporasse ao sistema de produção os largos espaços vazios do território e possibilitasse a redistribuição — em mais altos níveis de bem-estar — da massa que se deslocou para o litoral.

Ao acelerar-se o ritmo do desenvolvimento do País, depois que se calaram os canhões da última conflagração, não dispendo a economia de meios infraestruturais para internar-se, passou a desinteriorizar — por via da industrialização — a força de trabalho que, todos os anos, sobrava das atividades rurais. Enquanto o esforço fabril não se saturou — isto é, enquanto não atingiu o ponto além do qual o progresso só é possível se a base do sistema se alarga — teve efeitos positivos o aparente estampido populacional causado pelo abandono dos campos, de vez que transformou em consumidores a milhões de indivíduos que, até então, só consumiam o que primariamente produziam.

Não há meio termo

Qualquer que seja o seu custo — que, historicamente, será sempre muito menor do que o coberto pela poupança clássica — a capitalização brasileira, como a norte-americana, tem de ser feita por meio de saques contra o futuro. Ou acreditamos no porvir brasileiro — implantando uma infraestrutura capaz de antecipá-lo — ou não seremos uma sociedade pós-industrial pelo fim do século. E se não nos tornarmos numa potência de primeira grandeza antes que comecemos a nova centúria, não teremos condições — em face da outra história que já está se desenvolvendo — de permanecer sequer no lugar em que, agora, nos encontramos. O equilíbrio e a segurança do meio termo acabaram para nós. Por mais que tentamos nos manter na faixa dos quarenta, cairemos para a de oito se não atingirmos — nos próximos trinta anos — a de oitenta.



**8 DA MANHÃ
VICENTE
LEPORACE
O TRABUCO**



**UTILIZE ESTE HOMEM.
ELE É SUA ARMA.**

**Sua seriedade. Suas verdades,
suas formas de combater as injustiças,
tornaram-no uma arma.
Ligue para ele. Exponha os
problemas de sua rua, seu bairro,
ou de sua cidade.**

**RÁDIO
BANDEIRANTES**
cada dia melhor que antes.

TIMIDEZ PATRONAL E OPERARIO IMEDIATISTA AFASTAM O CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

IBIAPABA MARTINS

No Brasil, o contrato coletivo de trabalho, hoje denominado convenção coletiva de trabalho quando feito de sindicato para sindicato, nunca foi um instituto muito utilizado nos movimentos sindicais. Preocupados principalmente com os reflexos da inflação em seus salários, notadamente quando nas imediações da década de 50 os preços iniciaram sua ascensão vertiginosa, as lideranças sindicais desprezaram as possibilidades que lhes oferecia a C.L.T. com relação ao contrato coletivo para se voltarem freneticamente para os dissídios coletivos de trabalho.

O reajustamento salarial, inevitável e necessário, era e foi a preocupação constante de empregados e empregadores, até que,

Antes da Lei n. 229, e, muito mais, antes do que hoje, era comum ouvirmos alguns dirigentes sindicais e mesmo sindicatos sem influência maior na condução de movimentos reivindicatórios, encherem a boca com a expressão Contrato Coletivo de Trabalho.

E assim, durante muitos anos, mais de vinte, o instituto do contrato coletivo de trabalho, previsto no antigo Artigo 620 da CLT, existiu como uma espécie de "El Dorado": — todos falavam nele, acreditavam, exaltavam suas possibilidades mas... nunca ingressaram nessa selva inexplorada, que subsistiu durante muitos anos apenas como letra de forma no estatuto dos trabalhadores. Era, na verdade, letra morta.

Basta dizer, corroborando esta afirmação que poderá receber indignadas contestações, que no velho "Manual Popular do Direito do Trabalho", vol. I, referente ao Direito do Trabalho propriamente dito, o atual presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o nunca demasiada e merecidamente elogiado Ministro Mozart Victor Russomano, não dedicava uma linha à questão, na edição de 1954.

Reporta-se ao assunto somente no volume dedicado ao Direito Sindical, editado em 1955 pela mesma "José Konfino-Editor", ao discorrer em cinco páginas sobre o "Papel dos Sindicatos nos Contratos Coletivos de Trabalho". Resumido sua lição ainda atual sobre o assunto, afirma que nos contratos coletivos são os sindicatos que, representando a categoria econômica e profissional, se põem em contacto e chegam a um acordo. Todavia — acrescenta — o objeto do contrato coletivo "não é o fato da prestação de serviços e sim a estipulação de determinadas normas, que deverão ser obedecidas nos contatos individuais que, posteriormente, venham a ser celebrados pelos empregados e empregadores pertencentes às categorias representadas pelos sindicatos que assinaram a convenção".

Convenção é a palavra utilizada no fecho da frase e o autor nos esclarece que o contrato coletivo de trabalho era também conhecido como convenção coletiva de trabalho. E nos informa que, durante muitos anos, os Estados (não o Brasil em particular mas os diversos Estados em geral) se recusaram a reconhecer o contrato coletivo como um instrumento jurídico, por ser lei entre as partes e, mais do que isso, lei entre as categorias (os representados), o que levaria os Estados a reagir contra uma chamada "criação de um direito não-estatal", elaborado fora da tutela do Estado.

Grande verdade a afirmada pelo ilustre magistrado e conhecedor do Direito do Trabalho, com nossa restrição apenas no que diz respeito ao menor desenvolvimento do sindicalismo entre os empregadores. Na realidade, entre os empregadores, o sindicalismo brasileiro se desenvolveu primeiramente. A própria palavra sindicato excluía em nossa língua qualquer referência à chamada mão de obra alugada. Sindicato era principalmente uma companhia ou associação de capitalistas interessados na mesma empresa e pondo em comum os seus títulos, para que na venda destes não houvesse alteração de preços — segundo o "Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa", de Laudelino Freire, que arrola outras acepções, como "espe-

culação financeira pouco lícita" para, finalmente, referir-se aos atuais sindicatos operários. Note-se que Laudelino Freire elaborou seu dicionário quando vigia plenamente a Consolidação das Leis do Trabalho. Outros dicionaristas de mais antanhos tempos não se referiam aos sindicatos operários, denominação adotada no Brasil por inspiração em doutrinas e terminologia fascista. Taunay, por exemplo, em seu estudo sobre o café no Brasil, referindo-se a tempos anteriores, só menciona os sindicatos como organizações internacionais poderosas de grandes especuladores.

Já vão longe, no entanto, estes nossos parentesis. Voltemos ao contrato coletivo de trabalho que, na prática, nunca existiu, porque não deve ser confundido com resultados esporádicos de "mesas redondas" realizadas sob a pressão de greves iminentes e que constituía uma situação de fato, nem sempre reconhecida posteriormente pelo Poder Judiciário.

Em 1967, quando a greve já não representava nada mais do que palavra sem base na realidade, surgiu o Decreto Lei n.º 229, de vinte e oito de fevereiro de 1967, modificando inclusive a CLT e separando as semânticas: contrato coletivo é o celebrado entre o sindicato e a empresa; convenção coletiva é o celebrado entre os sindicatos de empregados e empregadores.

Durante algum tempo, o Artigo 611 e seguintes da CLT, resultantes daquele Decreto Lei, inspiraram o trabalho de muitos dirigentes sindicais e todos quantos enfrentam os problemas da solução legal no plano do direito do trabalho. O Artigo 611 e seguintes da CLT trouxeram alento aos sindicalistas, que viam nele uma maneira de resolver as querelas entre o Capital e o Trabalho.

Diante de uma reivindicação, que representava a exigência dos trabalhadores para que a tendência da lei chegasse ao seu termo, aos sindicatos nada mais restava do que realizar as assembleias, debater o assunto e seguir as reivindicações que seriam levadas ao plano administrativo, através do Ministério do Trabalho.

Infelizmente, o sindicalismo é um fato novo no Brasil, assim como o empresário moderno. O dirigente sindical é, na maioria das vezes, um trabalhador egresso do campo ou da chamada pequena burguesia, carregado de preconceitos e acreditando numa série de mitos. De seu lado, o empresário brasileiro é um homem atrasado, com as raras exceções que confirmam a regra. Ao lado de um Roberto Simonsen, por exemplo, poderíamos enumerar cem, duzentos, trezentos, digamos logo trezentos mil empresários que não vão além das paredes do próprio gabinete, para não dizer da própria empresa... O operário ainda entende que seu interesse está intimamente ligado ao futuro da empresa mas esse tipo de empresário ainda não alcançou que o operário representa trabalho, produtividade, segurança que crescem na medida em que melhoram as condições de trabalho.

Daí, pois, a frustração das convenções

a partir de 1965, os percentuais começaram a cair. Sem as válvulas, dos aumentos anuais e até semestrais exigidos pelo aumento dos preços, passou-se a dar maior atenção às possibilidades de negociação direta entre empregados e empregadores, através da máquina sindical. Daí a Lei n.º 229, de vinte e oito de fevereiro de 1967, que trouxe grande alento aos sindicalistas dispostos a trabalhar.

Em tese — porque na prática a gramática é outra — essa lei possibilita ao operário e ao patrão estipular novas condições de trabalho e quando se diz condições de trabalho se diz tudo.

e contratos coletivos de trabalho, resultante da falta de vontade das partes de chegar a um "acordo de caráter normativo". As controvérsias resultantes da aplicação de convenção ou acordo deverão sempre se derimir pela Justiça do Trabalho e como sempre há controvérsias, ocorre um fato insólito que é a inocuidade de todos os atos praticados: os trabalhadores, através de seus sindicatos, a quererem que a "Justiça julgue o acordo" e os representantes dos empregadores a afirmar que a "política econômica do governo não permite aquele acordo ou convenção".

O absurdo, evidentemente, não deve ser atribuído apenas a duas partes, empregado e empregador, mas a três, neste rol se incluindo o legislador que permitiu ou possibilitou tal situação. O sindicato pratica um absurdo ao querer que seja julgado um acordo não aceito por uma das partes, o que desde logo evidencia a não existência de acordo ou convenção. De seu lado, o empregador pratica maliciosamente outro absurdo ao afirmar que a política econômica do governo não permite tal ou qual acordo ou convenção, — todos eles possíveis dentro do exercício da vontade das partes e do poder normativo da Justiça do Trabalho. Melhor explicando: a política econômica do Governo não se contrapõe nem pode contrapor-se aos estatutos vigentes e reconhecidos por esse mesmo Governo.

E o terceiro absurdo, para o qual reservamos um tópico à parte, é a manutenção sem corrigendas de dispositivos legais que não levam a nada. O absurdo é tamanho que, no cumprimento das disposições do Artigo 611 e seguinte da C.L.T., o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo (e o mesmo deve ter acontecido com outras entidades), há tempos recorreu à Justiça do Trabalho para tentar refrear o desemprego crescente em determinadas faixas da mão de obra, apontava desde logo a automação e o desrespeito à lei como fatores do fenômeno (Proc. n.º 134-7.100 distribuído ao Egrégio T.R.T. e em grau de recurso junto ao T.S.T.). Esperançado, viu logo frustradas suas esperanças — eis que o relator do v. acórdão considerou louvável a atitude e posição da entidade, defendendo os representantes numa causa justa mas que... nada poderia fazer em virtude da inexistência de uma lei específica.

Concluindo, queremos dizer: não se implantam novas normas quando uma das partes é inerte e não dispõe sequer do direito de vender ou não vender sua força de trabalho, no caso os operários; não se implantam novas normas quando outra das partes está imbuída de uma timidez e imobilismo inaceitáveis para o empresário do Brasil de amanhã e que já é o Brasil de hoje; não se implantam novas normas quando o próprio Poder Judiciário não se dispõe a exercer em sua prudente pleitude o poder normativo que não lhe foi tirado.

E para finalizar, concluindo nossa mensagem a Garcia: — é necessário rever drasticamente na CLT tudo quanto diz respeito a convenção e acordo coletivo de trabalho porque o trabalhador brasileiro ainda prossegue vendo uma miragem denominada contrato coletivo de trabalho, que não existe e nunca existiu.

Tal e qual o "El Dorado", que todos viram. Hoje, o que existe na aplicação da lei (embora o estatuto esteja definido com outros nomes na CLT) é uma mistura de convenção-convenção, dissídio coletivo de natureza econômica e dissídio coletivo de natureza jurídica, que assumem formas contratuais graças à intervenção e bom senso dos presidentes dos TRTs., especialmente o de São Paulo, ao homologarem acordos que geralmente fogem a toda sistemática.

Nunca, por exemplo, poderíamos ver um contrato coletivo de trabalho como aquele normalmente celebrado entre a Federação Nacional dos Sindicatos dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos de Portugal e o Gremio Nacional dos Industriais Gráficos. Um dos últimos instrumentos de contrato que tivemos a mão, de 1972, estende-se por nada menos de cento e cinquenta páginas impressas em corpo 5, prevendo os pormenores que a nós, brasileiros, poderíamos parecer sem importância, como alguns que enumeraremos a título de curiosidade:

"A entidade patronal deve:

a) Tratar e respeitar o trabalhador como seu colaborador"

"O trabalhador deve:

a) Respeitar e tratar com urbanidade e lealdade a entidade patronal, os superiores, os companheiros de trabalho, etc. etc."

Em compensação, estão previstos nesse contrato questões referentes a abono de família, admissão, multas, cessação do contrato, salários, feriados, salário profissional. Prevê, por exemplo, o aproveitamento no trabalho dos mutilados de guerra ou acidentes do trabalho, atribuindo às empresas "o dever moral de encarar com todo o fervor" tal aproveitamento. O interessante é que na escala de salários profissionais (no Brasil, os empregadores saltariam da cadeira, afirmando "não haver lei e não ser constitucional o salário profissional"), não é grande a diferença entre os diversos grupos. Assim, enquanto um compositor mecânico, oficial de 1.ª, percebe 160\$000, o de 2.ª ganha 145\$000 e o aprendiz de quinto ano, 70\$000.

Enfim, trata-se de um verdadeiro contrato de trabalho, muito diferente de quaisquer das tentativas sempre frustradas feitas em nosso País. Daí nossa afirmação um tanto exagerada, convenhamos, de que o contrato coletivo de trabalho é um El Dorado que todos dizem ter visto mas onde ninguém colheu uma pedra preciosa ou ouro.

NUAS & CRUAS · NUAS & CRUAS

BAIA DA GUANABARA

Foi, finalmente, inaugurada a ponte Rio-Niterói. Seus 13.900 metros de extensão — dois terços da qual sobre a baía da Guanabara — é a maior obra de engenharia do mundo pelo volume material. Empreendimento arrojado — como muitos problemas cujas soluções representaram valiosa contribuição à moderna tecnologia da construção de longas travessias sobre águas profundas e movimentadas — impressiona não só pela grandiosidade como pela elegância de linhas.

Como toda obra de grande envergadura, a ponte teve os seus momentos dramáticos, tendo morrido na sua construção cerca de sessenta pessoas, entre as quais três engenheiros. Seu custo, ainda não divulgado com exatidão, estaria na casa de um bilhão e meio de cruzeiros. Trinta e cinco mil trabalhadores foram mobilizados para criar, em cimento e ferro, uma ligação a seco entre duas capitais separadas pelas águas de uma baía. A sua fome de materiais — aliada à relativa pressa para pô-la em serviço — fez com que as fábricas envolvidas ampliassem instalações e duplicassem a produção.

Como mais duas outras obras monumentais estavam sendo levadas avante no mesmo momento — a Hidrelétrica da Ilha Solteira e a Rodovia dos Imigrantes — criou-se uma carência de mão-de-obra primária que afetou outros setores de atividade, principalmente o da construção civil. Pode-se dizer que os três grandes empreendimentos públicos absorveram 100.000 trabalhadores, mas algum preço tem de ser pago quando se tem de eliminar, em poucos anos, velhos e encruados atrasos.

Cumpriu-se, com a inauguração da ponte Rio-Niterói uma aspiração cuja história já tinha um século. Só esperamos que, como uma das suas principais consequências, seja apagada — no mapa de um continente — a exdrúxula figura de uma Cidade-Estado. Para nós, o mais importante papel a ser desempenhado pela monumental travessia é o que lhe caberá, certamente, como fator da inarredável fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro.

O ex-ministro da Educação, Jarbas Passarinho, disse que assim que deixasse o Ministério iria estudar Direito para "aprimorar a cultura". Ele talvez tenha se esquecido que, como ministro, eliminou exatamente as matérias cujo aprendizado elevava o nível do conhecimento.

Seria indelicadeza e mesmo falta de ética afirmar que o ex-ministro tivesse tido a intenção de degradar a cultura e a educação. O processo de transformação de nossa vida uni-

Descuido dos Vereadores paulistanos

Em 1962 o DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO publicava o texto do Decreto-Lei 5.493 de 29 de outubro, dando nome de morador do bairro a uma de suas vias públicas.

O cidadão "homenageado" recebeu a notícia da oficialização da rua — com o seu nome — como quem recebe um gesto incompreendido da parte dos senhores edis municipais com quem, aliás, nunca manteve relações muito estreitas. E o insólito acontecimento chegou-lhe através de fonte fidedigna: um amigo apresentou-lhe o jornal da Prefeitura, contendo a publicação do Decreto-Lei.

"Um fato inacreditável, mas acontecido", comentou com os vizinhos, pois, de acordo com o consenso geral, a Câmara jamais poderia ter aprovado semelhante projeto.

O peso do nome-de-rua começou a ser logo sentido, aos primeiros dias da discussão do projeto de Lei, pois, quem não conhecia o personagem, desejava saber o que ele teria feito de extraordinário ou de heróico, para merecer essa atenção do egrégio plenário municipal. E essas perguntas sucederam-se com tamanha insistência, que o "imortal" resolveu escrever uma carta ao presidente da Câmara solicitando a mudança do nome da rua.

A medida que os anos passam, mais pesada fica a "imortalidade", pela forma inusitada e promocional como ocorreu.

Com seu nome em todos os Guias da Cidade e até no Código de Endereçamento Postal dos Correios e Telégrafos — inscrito nos diversos Cartórios e repartições públicas — numa posição que o torna fato único na História de São Paulo, encontra-se o cidadão, não raro, envolvido por desagradáveis acontecimentos, a ponto de não poder frequentar certos lugares, sob pena de comprometer o ambiente ou ser por este comprometido.

Para exemplificar, citemos um dos fatos.

Certa vez, anonimamente, perdido no meio da assistência que lotava o salão de conferências da Academia Paulista de Letras, onde se realizava uma sessão solene, em homenagem a membro do sodalício há pouco falecido, aparece, no dia seguinte — destacadamente — no texto de uma reportagem ilustrada, veiculada por um dos maiores jornais do mundo. Não seria estranho encontrá-lo aí, por ser frequentador das reuniões públicas da entidade, mas a surpresa foi seu nome singularmente distinguido — em primeiro lugar — antes dos mais ilustres

intelectuais e amigos do falecido, figurando mesmo à frente do atual Presidente da Academia Paulista de Letras, do Presidente da União Brasileira de Escritores, do Presidente da Sociedade Amigos da Cidade, do Presidente da Casa de Anchieta, do Presidente do Ateneu Paulista de História, dos acadêmicos Gofredo da Silva Teles, Leão Machado, César Salgado, Afrânio do Amaral e de outras personalidades não menos importantes no cenáculo das letras brasileiras.

Dessa forma, se o Decreto-Lei cria particulares embaraços à vida do "homenageado", igualmente cria uma situação de inferioridade aos Cidadãos Honorários de São Paulo, que a Câmara diploma em festivas solenidades públicas. Sentem-se estes cidadãos diminuídos perante aquele, em razão da dinâmica espetacular das publicações oficiais do Estado (registros públicos, guias, mapas, etc.) que torna o "Nome-de-Rua" muito mais significativo do que qualquer outro título honorífico.

Daí porque, segundo informa um deputado, ex-vereador, diversos paulistanos-honorários já diplomados, e outros na pauta para o galardão, têm sugerido aos edis uma Lei igual em favor deles. Entretanto, apesar da relutância dos vereadores em criar oficialmente o título "Nome-de-Rua" — o que implicaria, simultaneamente, no reconhecimento de imperdoável "cochilo" — alguns interessados em se imortalizar por Decreto continuam trabalhando nesse sentido.

Não obstante o tempo decorrido — quase doze anos — os edis paulistanos, ainda não encontraram uma fórmula para resolver pacificamente o problema, uma vez que a emenda poderia sair pior que o soneto.

Há ainda um outro particular nesta história, que coloca em má situação, o "Nome-de-Rua", perante os amigos do bairro: os senhores vereadores, depois de descobrirem a gafe cometida, parece que ficaram contra o "homenageado", pois a "sua" rua, em toda a zona, é a única que nunca recebeu melhoramentos públicos, a despeito das solicitações de seus moradores.

Mas o "Nome-de-Rua" talvez busque uma solução: recorrer à Justiça, invocando a inconstitucionalidade da "Lei".

Mais um Balão

Os futebolizadores do Brasil não perdem a esperança de compensar a decadência do chamado esporte do povo com a aquisição de posições no governo, de onde possam continuar com o proveitoso cartolismo. Já estão em campanha para fazer de Pelé o titular de um sonhado Ministério do Esporte, como se pode deduzir da seguinte notícia do *Jornal da Tarde*, de São Paulo.

Pelé ministro.

Pelé, ministro do futuro Ministério dos Esportes?

Esta notícia circulava ontem à tarde com insistência no vestiário do Maracanã, após a vitória do Brasil. Este teria sido o objetivo de tantas e constantes viagens de Pelé a Brasília, desde que o presidente Médici deixou o governo (Pelé esteve na solenidade). A idéia do Ministério dos Esportes surgiu no governo de Médici e o nome de Pelé para ocupá-lo passou a ser noticiado como "o homem ideal, pela sua imagem diante da torcida e do próprio sistema".

Para aumentar as especulações Pelé terá duas reuniões importantes nos próximos dias com os atuais ministros de estado de Geisel: dia 17, com o ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho; e dia 18, com Ney Braga, da Educação. Com o primeiro, para debater a regulamentação da profissão de jogador de futebol. Com o segundo, o Ministério dos Esportes?

APRIMORAR A CULTURA

versitária é que sofreu aquilo que pode ser considerado decorrência lógica de uma sistemática que se afastou não só da realidade brasileira, mas que alienou vários aspectos atuais e atuantes da própria educação superior. No fim, o próprio titular da Pasta seria atingido por aquilo que houvera pensado ser o melhor para as atividades culturais do País.

Um dos exemplos mais marcantes e expressivos de que se tem conheci-

mento é a situação a que foi relegado o professorado no Brasil. Existem cidades que são forçadas a utilizar-se dos serviços de magistério de menores quartanistas primários. Essa situação foi revelada em Minas Gerais, em várias cidades do Vale do Jequitinhonha, onde o "salário" pago a um desses professores não chega a ser degradante: é simplesmente aviltante e absolutamente desestimulador.

Claro que o reflexo — se não incide de forma absoluta na vida cul-

tural do País — incide de tal maneira sobre o ânimo dos "mestres" que eles não se sentem muito à vontade para o exercício do magistério. E é numa condição dessa natureza que a vida universitária — entre outras causas — vem se desdobrando ao longo de 10 anos. Aprimorar a cultura em meio à mediocridade relizante não é tarefa fácil. Mas o ex-ministro revelou ser homem tenaz e persistente. Talvez ele consiga realmente o milagre de extrair leite da pedra.



O Brasil e seus vizinhos

Para o almirante argentino Isac Rojas, o Brasil é uma **China Negra**. No seu entender as nossas fronteiras demográficas estão em explosão, ameaçando os vizinhos. E, recentemente, não têm sido poucos os brados de alarma — alguns até oficiais — dados contra o nosso imperialismo, ou **subimperialismo**. Embora reconheçamos que é emocional — ou simplesmente para efeito interno — a caracterização do perigo que representamos para as outras nações do continente, não podemos mais cruzar os braços, olímpicamente, diante do ressentimento criado pelo nosso desenvolvimento.

Jamais, ao longo da nossa formação histórica, deixamos de ser mal vistos pelas nações à nossa volta. Seja porque sempre fomos, fisicamente, o maior país do continente, seja por causa das lutas que tivemos de livrar no passado — por força da transposição, para as Novas Terras, do velho conflito entre Portugal e Espanha — o fato é que o Brasil nunca foi aceito plenamente, pelos seus vizinhos, como um irmão.

Mas, desde o término da guerra com o Paraguai — a partir de quando foi se tornando remota a possibilidade de um confronto militar entre o Brasil e a Argentina — as relações continentais evoluíram para uma situação de entendimento. E, se ficaram as cicatrizes das antigas rixas, a cirurgia plástica da diplomacia conseguiu apagá-las — ou, pelo menos, esmaecê-las — em cento e cinquenta anos de paz. Iremos destruir, agora, reacendendo a fogueira de velhas e ultrapassadas incompreensões — os resultados positivos de um tão longo e paciente esforço para os compreendermos melhor?

Não vamos enterrar a cabeça na areia. Está se recriando de fato, no nosso continente, uma mentalidade anti-brasileira. Na Argentina, já se está reescrevendo a história do País reabilitando a memória dos caudilhos. Estes não estão sendo mais vistos como detonadores de guerras civis — forjadores de lutas de irmão contra irmão — mas como heróis de uma árdua luta de libertação nacional. Até aí, não temos por que nos alarmar, pois a posteridade tem direito de revisar os juízos de valor do passado. O que é significativo é o fato de todas as obras com esse cunho — sejam escritas por direitistas, centristas ou esquerdistas — colocarem o Brasil no papel de vilão do drama. Há mesmo, nesses livros, a preocupação de nos pintar como autores de atrocidades. A batalha de Paisandu, por exemplo, é descrita como ato de destruição vandálica de

uma **cidade aberta** — e por pouco não se diz que somos os precursores dos que arrasaram Guernica.

E estamos, também, sendo estudados de perto. Num artigo publicado no jornal **Presencia** — que se edita em La Paz — o sr. Mario Franco Franco se mostra temeroso de que, amanhã, surja um novo Plácido de Castro, lembrando que o Brasil é muito mais poderoso hoje do que no princípio do século, enquanto a longa fronteira boliviana com o nosso País é inteiramente descoberta. O trabalho não é agressivo e até reconhece que são **cordialíssimas** as relações entre as nossas duas nações. O que tem realmente de significativo é o fato de se estar procurando dar base histórica ao novo **anti-brasileirismo** dos nossos vizinhos. O articulista discorre com grande conhecimento de causa, jogando — para explicar a nossa expansão geográfica — com fatos e circunstâncias que remontam aos tratados de Tordesilhas e Santo Ildefonso.

Mas, analisados historicamente, não têm fundamento os temores e as acusações à nossa volta. São infundados, sobretudo, porque sempre agimos sob a pressão do determinismo geográfico no sentido de nos tornarmos o mais importante polo de uma comunhão das nações da parte sul do hemisfério.

Sob o ímpeto político gerado pelo determinismo da nossa geografia, jamais nos esquecemos de que **somos todos irmãos**: um sentimento a que os norte-americanos não tinham de curvar-se quando se apossaram militarmente de uma vasta parte do território mexicano, arrancaram o Panamá da Colômbia, ou faziam as suas **razzias** na América Central e nas Caraíbas. Na verdade, esse espírito de fraternidade — existente mesmo quando os confrontos se tornavam inevitáveis — não teria o poder de nos manter potencialmente unidos, não fosse pela circunstância de haver evoluído para uma certeza, que agora se procura destruir, da comunidade dos nossos destinos.

Com o nosso bom-mocismo diplomático, poderemos ir acalmando os países à nossa volta quanto ao perigo que os sebastianistas do Vice Reinado de Buenos Aires situam na **explosão** das nossas fronteiras. Devemos mostrar que o nosso desenvolvimento, longe de assustar os nossos vizinhos, é um instrumento que pomos à sua disposição para que rompam a barreira do seu atraso.

